

2024/5

Reunião Ordinária de 30 de dezembro de 2024

Local de realização Sede da Junta de Freguesia



O Presidente da Mesa de Assembleia, Carlos Traguedo, dá início à Assembleia começando por informar que se verificam algumas baixas no Executivo, nomeadamente o senhor Presidente que apresenta problemas de saúde que o impedem de estar presente. Cumprimenta os membros da Assembleia, bem como o público presente e aproveita ainda para desejar umas boas festas, com muita saúde e um ano vindouro com saúde e paz.

De seguida, passa ao período antes da ordem do dia e pergunta se alguém deseja intervir.

- **João Pinho** inicia a sua intervenção, desejando umas boas festas e um bom ano para todos, fazendo de seguida um agradecimento à UFSB pela sua referência e publicação na página oficial do voto de pesar referente ao falecimento do seu pai, bem como manifesta a sua solidariedade para com alguns residentes na nossa Freguesia atingidos por alguns dramas, tais como o incêndio em Sargento Mor que atingiu cinco armazéns e ainda às pessoas afetadas pelo incêndio da baixa de Coimbra.
- Faz uma referência especial ao desaparecimento do Dr. Américo e sua esposa, vítimas de um incêndio em sua casa e ambos figuras bem conhecidas da cidade. Por fim, faz também uma referência ao aniversário das freguesias de Olivais e Santa Clara que celebraram, no passado dia 7 de Dezembro os 170 anos. Refere que teve ocasião de participar na cerimónia e de colaborar ativamente na conferencia proferida e destaca que a mesma, brevemente editada, deve ser do interesse de todos os autarcas pela sua abordagem histórico- jurídica.
- Refere também que a cerimónia contou com a presença do Secretário de Estado da Administração local e
  Ordenamento do Território, que aproveitou a oportunidade para garantir a alteração à Lei das Finanças Locais,
  resultando em mais recursos para as autarquias até às eleições autárquicas de 2025. João Pinho reforça a sua
  esperança nesta medida, pois diz que, tal como todos sabem, as autarquias e freguesias vivem num constante aperto
  financeiro.
- De seguida, **João Pinho** lamenta a ausência do presidente Rui Soares, referindo que no dia 19 de Novembro de 2024 aconteceu um facto muito importante que foi uma notícia que saiu num órgão de comunicação social, redigida pelo jornalista Rui Avelar e intitulada "Autarca Rui Soares de Souselas e Botão: das dúvidas públicas aos percalços privados" e sobre a qual apresenta as suas dúvidas e opinião, referindo novamente que lamenta a ausência do senhor Presidente, pois considera que existe muita coisa por esclarecer que atinge a sua figura, tanto como autarca ou como empresário, e obviamente a todos aqueles que estão com Rui Soares politicamente alinhados. **João Pinho** manifesta o seu agrado pelo título da notícia, pois afirma que o mesmo junta duas esferas da vida cívica (pública e privada) que, embora devam andar separadas, no caso de Rui Soares poderá não ser bem assim. Insiste que pretende apenas focar-se na questão pública mas, segundo a informação da notícia, a vida empresarial de Rui Soares coincidente parcialmente com os seus mandatos, apresenta percalços " desabonatórios da idoneidade exigida a um autarca".
- **João Pinho** manifesta a sua preocupação, principalmente, por não ter sido dada nenhuma resposta ao jornalista, facto que também sucedeu com Elsa Ferreira, tesoureira demissionária, que após ter sido contactada, remeteu para a "impossibilidade de responder".
- Na sua opinião, este revela-se ser um assunto grave, pois pretende-se esclarecimentos sobre o cruzamento do saldo de gerência com a síntese das reconciliações bancárias de um determinado ano (2017 e 2018) e **João Pinho** apela para que na próxima Assembleia, Rui Soares possa então fornecer os referidos esclarecimentos sobre esta questão.
- Salienta ainda o facto da renúncia da antiga tesoureira, Elsa Ferreira, ter acontecido pouco depois da empresa Lusaconta ter deixado de prestar serviços contabilísticos à Autarquia, relembrando que esse facto foi assinalado em Assembleia de Freguesia, não obtendo quaisquer respostas coerentes por parte do atual Executivo, mas que, segundo a sua opinião, ambos os factos podem estar relacionados e derivados do mesmo ponto de rutura.
- Refere que a falta de respostas ao cruzamento do saldo de gerência com a síntese da reconciliação bancária permite especulações, tal como noutras situações que podem ser ainda mais graves, nomeadamente na utilização de uma viatura da Junta para transporte pessoal da sua empresa, facto este que, segundo consta na notícia, foi confirmado por José Almeida Mendes, engenheiro que prestou serviços à referida sociedade, indicando inclusivamente o dia 13 de Janeiro de 2018 como sendo o dia em que tal facto aconteceu. Alega que estes acontecimentos podem ser alvo de matérias criminais, ultrapassando, por isso, a competência deste órgão autárquico, pelo que enaltece a transmissão online de modo a que fique registado para memórias futuras o que têm a dizer sobre este assunto.



• Como nota final, **João Pinho** indica que aquilo que foi escrito na referida notícia e que remete para a sua vida empresarial foi sendo referido por diversos eleitores da freguesia ao longo destes meses na já distante campanha autárquica de 2021, insistindo por isso na necessidade do senhor Presidente prestar esclarecimentos, pedindo que não se remeta ao silêncio. Pede também que os Membros da Assembleia, principalmente aqueles que acompanham politicamente Rui Soares, que se pronunciem sobre esta notícia e o seu conteúdo, relembrando que esta é a altura para refletirem e perceberem se se revêm neste tipo de gestão autárquica sob pena de, no futuro, serem chamados à responsabilidade por quem de direito.

Inicia a sua intervenção Olga Moura que começa por desejar as boas festas para todos.

De seguida, apresenta duas questões que lhe foram apresentadas por residentes da freguesia e que revelam algum descontentamento.

- A primeira questão refere-se a um fontenário bastante antigo (com 125 anos) que se encontra bastante degradado, pelo que deveria ser alvo de atenção e melhoria.
- A segunda questão prende-se com a constante falta de limpeza, referindo algumas ruas em específico. Alerta para um maior cuidado na questão das limpezas pois, segundo informações recolhidas, algumas ruas quase nunca são limpas ou quando são, ficam com as valetas cheias de terra, pedindo por isso um maior cuidado nesta questão das limpezas. Ainda sobre este assunto, Olga Moura questiona se são feitos relatórios sobre as limpezas realizadas na nossa Freguesia, uma vez que é uma obrigação da Junta, tal como é obrigação da CMC verificar se as verbas atribuídas estão a ser efetivamente aplicadas.
- Para terminar, Olga Moura refere a sua preocupação em relação ao Protocolo com a Cimpor cuja data termina em Dezembro deste mesmo ano, verificando-se que muitas das obras referidas ainda não estão feitas e que, na sua opinião, se estas obras foram solicitadas e descritas neste Protocolo é porque têm a sua importância e relevância, pelo que questiona porque não foram feitas. Questiona agora e uma vez que terminou este Protocolo mas que já foi dito informalmente que estaria a ser negociado uma revisão e um novo Protocolo, se este próximo virá para ser discutido na Assembleia, como é aliás obrigação legal e se já são conhecidas mais informações ou quais as condições do novo Protocolo. Alerta que é competência da Assembleia fiscalizar e autorizar este tipo de ação, mas que os Membros da Assembleia só o podem fazer se tiverem conhecimento da informação.

Neste momento, intervém **Miguel Monteiro** que pede para responder agora a algumas das questões colocadas e informa que representa o Executivo, mencionando a Ata que lhe confere poderes para tal.

• Relativamente à intervenção de João Pinho refere que considera ter sido uma deselegância, da parte dele, ter feito a leitura e transmitido a mensagem que transmitiu sem estar o Presidente presente, pois as pessoas têm o direito de se defenderem. Realça ainda, de modo a contrapor uma afirmação de João Pinho, que o Presidente não está a acompanhar a transmissão em sua casa, uma vez que se encontra no Hospital.

**João Pinho** justifica-se, dizendo que não sabia, pois os membros da Mesa não são informados, mas **Miguel Monteiro** pede ao Presidente da Mesa de Assembleia para continuar sem interrupções.

O Presidente da Mesa, **Carlos Traguedo**, também interrompe esclarecendo que no início apenas dissera que o Presidente não estaria presente por questões de saúde e uma vez mais **Miguel Monteiro** afirma que apenas há uma hora soube que teria que substituir o Presidente do Executivo, voltando a pedir para que a sua intervenção continue decorrendo sem mais interrupções.

Assim, **Miguel Monteiro** volta a ter o uso da palavra e termina a sua resposta à intervenção de **João Pinho**, dizendo que não tece nenhum comentário porque considera que a intervenção realizada revela apenas uma opinião.

- Em relação às questões colocadas por **Olga Moura**, indica que o senhor Presidente já referiu anteriormente que os fontenários vão ser intervencionados e que isso não acontece de um dia para o outro, pois existem burocracias a cumprir. No entanto, afirma que o Executivo está atento e que essa intervenção será feita em tempo útil e que se não for feita por este executivo, será feita por quem vier a seguir, pois as coisas ficarão preparadas.
- Relativamente à questão das limpezas, refere que os relatórios das limpezas são enviados para a Câmara, pois caso contrário eles não transferiam a verba.



Relativamente à lista das obras relacionadas com o Protocolo, Miguel Monteiro refere que "algumas estão feitas, outras estão a ser feitas e outras vão-se fazer". Explica ainda que os fluxos financeiros e as obras físicas não têm que coincidir, pois para fazer uma transferência basta clicar num botão, mas para fazer uma obra é bastante mais complicado.

Neste momento, inicia a sua intervenção **João Paulino** que começa por cumprimentar todos os presentes e todos aqueles que assistem em casa, desejando um novo ano cheio de saúde e felicidade para todos.

- De seguida, coloca algumas questões relacionadas com a Freguesia e começa por perguntar se já existe Espaço do Cidadão, uma vez que a inauguração desta nova sede feita em 28 de Junho estava associada e implícito à abertura do Espaço Cidadão que já vinha sido anunciada há dois anos atrás.
- Refere ainda que o site da União das Freguesias de Souselas e Botão está completamente desatualizado, nomeadamente no que diz respeito aos membros da Assembleia cujos nomes não estão lá todos colocados, o que considera vergonhoso, pedindo que esta situação seja corrigida o mais rápido possível.
- Seguidamente coloca uma questão direcionada exclusivamente ao Presidente da Mesa de Assembleia sobre as Ata, pois refere que as Atas fazem parte do circuito normal duma Assembleia e refere que a última Ata assinada é de Maio de 2023. Reforça que há decisões tomadas na Assembleia que só podem ser implementadas depois de validadas as Atas, dando como exemplo o tema das Taxas cuja Ata se não estiver assinada na Assembleia, as taxas não podem ser implementadas.
- Também questiona o Presidente da Mesa de Assembleia sobre os relatórios da Cimpor, referindo que o último que tem conhecimento é de Setembro de 2022, pelo que solicita que na próxima Assembleia fossem apresentadas os relatórios em falta (metade do ano de 2022, ano de 2023 e ano de 2024).
- Relembra que, de acordo com o Protocolo que está em vigor, existe uma equipa coordenação responsável por elaborar os relatórios de três em três meses e que supervisiona os gastos do dinheiro que a Cimpor atribuiu a esta Freguesia e reforça que os membros da Assembleia têm o direito de saber.
- Termina relembrando que, neste momento, os relatórios que deveriam vir de três em três meses encontram-se com dois anos e meios de atraso.

O Presidente da Mesa de Assembleia, **Carlos Traguedo**, intervém para referir que uma das obrigatoriedades que existe com o Acordo da Cimpor é que obras para benefício público só são pagas quando se adquire a obra, pelo que afirma que o dinheiro só é libertado quando se faz a obra e se só se fizeram duas ou três obras, isso traduz o dinheiro que saiu, pois o restante há-de lá estar mas que esse é um assunto que o Executivo deverá esclarecer.

• Em relação às Atas, Carlos Traguedo explica que tem a sua vida particular bastante ocupada, pelo que não vai andar atrás dos membros da Assembleia para assinar Atas. Refere que as Atas estão todas na Junta de Freguesia e pede o favor, aos membros da Assembleia, para que assim que possam e que o desejem, passem na Junta para ler e assinar as Atas. informa que as funcionárias têm ordem do senhor Presidente para facilitar e dar cópias a quem quiser e diz ainda que a maior parte estão assinadas por alguns elementos, os membros principais, mas que "há outros que por sistema não as assinam" e recusa andar atrás dessas pessoas para assinar as Atas, terminando com a informação que já havia dado de que as Atas estão todas na Junta e é só passar por lá e em cinco minutos ler a Ata e assinar.

Em resposta ao presidente da Mesa de Assembleia, **João Paulino** responde dizendo uma vez mais que as Atas devem vir sempre à Assembleia, reforçando e dando o exemplo de que a Ata da última Assembleia deveria estar hoje presente para ser lida, corrigida alguma situação que fosse necessária e assinada pelos membros presentes, acrescentando que depois os membros que não estivessem presentes tivessem, por obrigação, o dever de passar na Junta e pedir a Ata para assinar.

Carlos Traguedo volta a intervir para lhe dizer que se ele lhe tivesse previamente pedido as Atas por telefone ou email, ter-lhas-ia enviado atempadamente para ele as ler sem necessidade de perder tempo na Assembleia, ao que João Paulino responde que, como vem sempre em substituição, só tem conhecimento da sua presença na Assembleia através de convocatória para esse efeito. No entanto, João Paulino termina a sua resposta dizendo que o objetivo é melhorar o funcionamento da Assembleia, pelo que chamou a atenção para esse facto pois considera que as Atas fazem parte da Assembleia.



Para encerrar este assunto, **Carlos Traguedo** promete trazer todas as Atas para a próxima Assembleia, de modo a colocar tudo em dia, explicando ainda que, na sua opinião pessoal, o mais importante não é o papel da Ata mas sim tudo aquilo que é tratado e "cozinhado" pelos membros da Assembleia e para tos os fregueses, ou seja tudo aquilo que é decidido em conjunto para a nossa Freguesia, reconhecendo-se como um homem de obra feita e que não gosta de estar à espera dum papel para fazer uma obra.

Neste momento, intervém **João Pinho** para questionar qual o motivo invocado pelas pessoas para não assinarem as Atas, ao que o presidente da Mesa de Assembleia lhe responde que não dizem nada e apenas se remetem ao silêncio.

Ainda sobre este assunto, intervém **Olga Moura** que começa por dizer que tem uma opinião diferente sobre os papéis, pois afirma que a palavra é fundamental mas que vivemos numa sociedade onde nos é exigido determinados procedimentos e que, nesta Assembleia, o procedimento é o seguinte: durante a realização de uma Assembleia a Ata da Assembleia anterior deve ser lida e aprovada.

- Refere ainda que, na sua opinião, a questão das assinaturas não é importante e que bastará apenas a assinatura do Presidente e dos seus Secretários, mas que aquilo que não pode acontecer é a Ata não ser aprovada na Assembleia.
- Aproveitando ainda o momento em que interrompe e em resposta a Miguel Monteiro, relativamente às obras da Cimpor, **Olga Moura** reforça a importância dada aos papéis e diz que essa questão se resolve facilmente com a entrega do dito relatório, que deve ser entregue semestralmente à Cimpor e que serviria para explicar o que está a ser feito com a verba entregue no início do ano civil.
- Olga Moura reforça que, como todos sabem, no início do ano civil, a UFSB recebe a verba da Cimpor e até este momento não se verificam obras realizadas, pelo que o dito relatório poderia justificar esse facto mostrando, por exemplo, que uma obra não foi realizada porque a empresa contratada não começou a obra por algum motivo e é exatamente essa explicação apresentada nos papéis que será suficiente para justificar aos membros da Assembleia o que está a ser feito com a referida verba da Cimpor, pois desde 2021 que está a entrar a verba mas visualmente não se vê obra
- Para terminar, justifica que se toda essa informação constar do dito relatório e se os membros da Assembleia tiverem acesso, não será necessário perder tempo com essas questões durante o decorrer da Assembleia e termina dizendo que a palavra será importante noutras situações mas, que na Assembleia e na gestão de dinheiros públicos, os papéis são fundamentais.

**Carlos Traguedo** justifica que as Atas são o espelho de tudo aquilo que é dito e tratado na Assembleia, não existindo, por isso, qualquer hipótese de um assunto tratado como A na Assembleia aparecer descrito como B numa Ata, até porque as Assembleias são gravadas e podem funcionar como prova daquilo que foi dito e registado na Ata, finalizando novamente com a promessa de que na próxima Assembleia ficará tudo regularizado em relação às Atas anteriores.

Passando a palavra a **Miguel Monteiro** que inicia a sua intervenção respondendo à afirmação de João Paulino e solicitando ao mesmo que lhe indique qual o artigo da Lei que obriga o Protocolo a vir à Assembleia, pois admite a sua total ignorância sobre este assunto.

**Olga Moura** responde e refere a Lei nº175 como sendo a correta mas Miguel Monteiro insiste que essa Lei é enorme e deseja mesmo o Artigo, algo que Olga Moura promete trazer na próxima Assembleia.

Em relação à questão colocada por João Paulino sobre o Espaço Cidadão, **Miguel Monteiro** refere que não lhe consegue responder, pois esse é um assunto que está com o senhor Presidente e que, tal como já tinha referido anteriormente, ele foi surpreendido há pouco tempo com a informação de que teria que substituir o Presidente, pelo que não vinha preparado para responder a essa questão.

• Quanto às questões relacionadas com o site, Miguel Monteiro promete averiguar e corrigir a situação, referindo no entanto, que não seria necessário colocar essa questão na Assembleia, pois bastaria contactar a União das Freguesias, reforçando que não é necessário acontecer Assembleias para existir comunicação.

Carlos Traguedo passa ao Ponto Dois da Ordem do Dia sobre o qual Miguel Monteiro diz nada ter a dizer sobre isso, pois este é um assunto que diz respeito ao senhor Presidente. Sendo assim, Carlos Traguedo passa ao Ponto Três mas é interrompido por Miguel Monteiro que pretende dar um último esclarecimento, inserido no Ponto Um, sobre as Atas.



 Refere considerar bastante positivo o facto desta União das Freguesias ter decidido transmitir em direto as reuniões de Assembleias, enaltecendo ainda que é a única Freguesia do Concelho de Coimbra a fazê-lo e que desta forma, utilizando esta ferramenta, qualquer pessoa pode consultar e que o problema das Atas, sendo apenas um problema burocrático, será facilmente ultrapassado.

No que se refere ao Ponto Três, **João Paulino** pede para intervir e no que diz respeito às áreas de ação, questiona porque não vem mencionada a obra da qual se tem falado nas últimas Assembleias e que é a Curva da Zouparria.

Justifica esta dúvida dizendo que, segundo o que interpreta deste Plano, as obras apresentadas referem-se a Protocolos com a CMC e tal como já foi dito, a obra da Curva da Zouparria passou para a competência da CMC pelo que, no seu entendimento, se esta obra não aparece referenciada é porque não está planeada, sendo por isso que gostaria de um esclarecimento sobre este assunto.

Ainda sobre este Plano, **João Paulino** pede esclarecimentos sobre outro assunto que é a aquisição de bens e serviços e refere que no Plano anterior a verba estipulada era de 190 000,00€neste o valor apresentado passa para 300 000,00€, pelo que pede esclarecimentos sobre este aumento tão acentuado. Coloca ainda uma questão relacionada com as receitas de capital mas verifica que, após breves perguntas e reparos por parte dos outros membros da Assembleia, esta questão inserese no ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

Neste momento intervém **Miguel Monteiro** para explicar que a alteração orçamental é normal, pois quando o Orçamento é feito é sempre como um documento provisional, ou seja, uma previsão daquilo que se pensa fazer. Refere ainda que não consegue dar muitas explicações ou referir valores sobre o documento da alteração orçamental, sendo para isso que têm um técnico oficial de contas.

Deste modo, **Carlos Traguedo** pede a votação para o Ponto Três (alteração orçamental) e o documento é aprovado por unanimidade.

De seguida, **Carlos Traguedo** passa ao Ponto Quatro da Ordem do Dia e **João Paulino** aproveita para intervir e apresentar as suas questões que havia já iniciado na sua intervenção anterior.

Em relação a este Ponto, intervém **João Paulino** que questiona e tendo por base o Protocolo com a CMC e a verba atribuída para as limpezas, sobre a qual pede explicação para a redução no valor de 50 000,00 na verba atribuída para 2025.

**Miguel Monteiro** responde a essa questão dizendo que foi alguma obra que saiu e explicou, ainda, que a obra da Curva da Zouparria não aparece neste Plano porque passou a ser assumida pela CMC e automaticamente passou a constar no Plano dessa instituição, referindo ainda que esta obra não se resume à Curva mas sim à estrada desde a última casa até ao Cruzamento e que esta obra está presa apenas por um detalhe para se lançar o concurso, apontando como data provável o mês de Janeiro.

Carlos Traguedo pede a votação para o Ponto Quatro e o mesmo é aprovado por unanimidade.

De seguida, passa-se à votação da Tabela de Taxas sobre a qual **Miguel Monteiro** afirma que existe apenas uma alteração à Tabela de Taxas anterior e que diz respeito à Taxa Anual de Sepulturas no valor de 5 euros.

Acerca deste assunto, **Olga Moura** pede esclarecimentos sobre esta Taxa Anual de Sepulturas, questionando a que sepulturas se destina, se é apenas para as compradas, para os jazigos ou para todas.

**Miguel Monteiro** afirma que não será para todas mas que não responde pois, como tem dúvidas, não quer induzir em erro e promete responder para a próxima Assembleia.

**Olga Moura** volta a interromper para questionar se não existem já verbas específicas para a manutenção dos cemitérios, pois apesar de se tratar de um valor baixo, esta medida reuniu o descontentamento geral da população, ao qual Miguel Monteiro responde que esta Taxa é uma opção do Executivo.

Carlos Traguedo pede a votação para a tabela de taxas e a mesma é aprovada com duas abstenções. Seguidamente passa ao Ponto Seis da Ordem do Dia(mapa de pessoal) e sem nenhuma intervenção, o mesmo é aprovado por unanimidade.

De modo a finalizar a Assembleia, **Carlos Traguedo** passa ao último Ponto da Ordem do Dia (intervenção do público) e cumprimenta, uma vez mais, todos os presentes e todos aqueles que saíram da sua zona de conforto, questionando se alguém deseja intervir. Como tal não acontece, questiona João Pinho se o senhor que estava no público a assistir à Assembleia e que entretanto se retirou era o jornalista Rui Avelar, lamentando a sua saída precoce pois tinha algumas coisas que gostava de esclarecer com ele.

Ainda antes de encerrar a Assembleia, **João Pinho** pede para intervir e questiona se, devido à doença súbita do senhor Presidente e à sua ausência inesperada, esta Assembleia não deveria ter sido cancelada, pois verifica-se que o poder está



muito concentrado na figura do senhor Presidente e que existem muitas perguntas a que só ele sabe responder.

Carlos Traguedo responde explicando a razão porque não cancelou a realização da Assembleia, referindo que teve conhecimento da doença do senhor Presidente pouco tempo antes do início da mesma e que por respeito às pessoas que já se tinham comprometido a estar presentes, decidiu não a alterar. Diz ainda que se for necessário, programa-se uma Assembleia para Janeiro de modo a esclarecer tudo o que não se conseguiu esclarecer nesta.

Ainda antes de terminar a Assembleia, Carlos Pinho dirige palavras de conforto e deseja uma rápida recuperação a Rui Soares

Num breve esclarecimento, **Miguel Monteiro** intervém para explicar que a verba dos 50 000,00€ que já não aparece neste Plano refere-se a uma obra que já foi feita e paga pelo Executivo. Aproveita ainda para dar a sua opinião pessoal e manifesta as suas dúvidas, de um modo geral, sobre a questão da isenção e a forma de escrever dum jornalista que é membro dum partido político. Refere que, na sua opinião, quando um jornalista faz uma acusação sobre alguém, fica do seu lado a responsabilidade do ónus da prova, realçando ainda que deve existir uma separação entre a vida pessoal e a vida política.

**Carlos Traguedo** manifesta-se adepto de reunir todos os interessados e envolvidos para uma reunião presencial onde todos, frente a frente, possam discutir o assunto, chamar as coisas pelo nome e chegar a uma conclusão.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar e depois de desejar votos de umas ótimas entradas e muita saúde, dando conselhos de como cultivar a cumplicidade familiar e o perdão, **Carlos Traguedo** dá por encerrada esta sessão da Assembleia pelas vinte e duas horas e trinta minutos.

Souselas, 30 de dezembro de 2024 Os Membros da Assembleia, O Presidente da Assembleia,
(Carlos Manuel Da Silva Traguedo)
O Secretário,
(João Carlos Ferreira Marques)
A Secretária,
(Maria da Conceição Marques de Azevedo Ferreira)
O Membro,
(João Carlos Santos Pinho)



O Membro,
(João Paulo Silvestre Paulino)
A Membro,
(Olga Catarina da Costa Moura)
A Membro,
(Lúcia Marques de Sousa)
A Membro,
(Mónica Sofia De Sousa Madeira)